



José Gabriel Ávila*

Informar é uma missão social

Finalmente o cabaz alimentar de 46 produtos com IVA a zero, entrou em v1. Abril está prestes a terminar, mas perduram as mensagens que a revolução instaurou na consciência coletiva e na praça pública, tão arredada estava da cidadania ativa que suporta e anima a democracia.

Nos últimos tempos, a afirmação política da extrema direita, através de certas arruaças e atitudes menos comuns manifestadas no seio de instituições democráticas, deu sinais de alarme a quem julgava tal nunca acontecer.

Outrora os excessos acoitavam-se em franjas políticas da extrema esquerda. Agora agitam-se às claras, acobertados por representantes eleitos.

Resta saber por quanto tempo, até onde irão os seus desígnios e que efeitos terão no respeito e dignificação dos valores humanos, na solidariedade e na paz. Esta é a questão fundamental sobre a qual se constrói e desenvolve no dia-a-dia o Estado democrático e as respetivas instituições e membros eleitos.

As atitudes de certos agentes políticos tomadas na sessão solene de boas-vindas ao Presidente brasileiro, divulgadas pelas TV's, devem fazer pensar quem defende a liberdade, a democracia, o combate à corrupção, e como é que os Estados resistem à arruaça e à desordem. Esses atos só servem interesses obscuros, desacreditam quem os pratica, não promove a confiança dos eleitores nas instituições democráticas e abala a imagem do país na comunidade internacional.

Saibamos olhar para os trágicos conflitos internacionais que nos afetam e deles retiremos os ensinamentos convenientes aos vários níveis, seja nas famílias, proporcionando o diálogo permanente e frutuoso, seja nas instituições sociais respeitando e dignificando o trabalho e os salários, seja na política, promovendo os direitos humanos fundamentais e a participação cívica.

O exercício do poder é frágil, muito mais quando apoiado em agentes políticos escudados em franjas sociais, alheadas do interesse coletivo e do bem-comum.

Como afirmou Onésimo T. Almeida em entrevista publicada em 25 de Abril neste jornal, *“não podemos deixar que a democracia seja destruída pelos exageros de alguns grupos intitulados democratas”*.

2. O I Congresso de Jornalistas açorianos está a decorrer em Ponta Delgada.

Do programa faz parte uma série de temas que estão na ordem do dia e sobre os quais importa refletir, nomeadamente: “Desafios da Comunicação Social Privada”, “Desinformação na era dos novos media” e “Como será o jornalismo do futuro?”.

Na aldeia global em que nos inserimos, os media regionais e locais têm hoje a dimensão universalista que não dispunham quando, em 1980, se realizou nas Furnas, o I Encontro de Jornalistas Açorianos. Foi graças à internet e às redes sociais cujas consequências ainda não são completamente mensuráveis.

Então, os profissionais da comunicação social açoriana confrontavam-se com dificuldades enormes em colocar na imprensa nacional notícias e acontecimentos que respeitavam ao arquipélago. Existia uma perceptível desconfiança das chefias da RTP em relação aos profissionais locais, por razões diversas, nomeadamente de caráter político.

Não raras vezes, a cobertura de acontecimentos considerados de rele-

vância nacional pelo único operador público de TV, fez deslocar a Ponta Delgada equipas completas de realização e informação, desmerecendo os profissionais locais.

Aos poucos, porém, e à medida que as mentalidades foram mudando e os Açores sendo conhecidos pelos jornalistas nacionais, esta visão centralista foi desaparecendo.

Hoje, a atualidade regional açoriana e a opinião dos agentes sociais e políticos merecem tratamento idêntico à de outras regiões do país.

Para isso tem contribuído a imprensa, a abertura do espectro rádio às cadeias nacionais e o acesso aos canais de TV nacionais e internacionais.

Saúdo a coragem dos promotores do Congresso em trazer à discussão temas que, presentemente, preocupam os profissionais da informação de todas as latitudes.

Desconhecendo, embora, como se podem resolver, mas tendo por base a busca incessante da verdade e a liberdade de informar, importa que estejamos atentos e os leitores e intervenientes nas plataformas não se deixem levar por interesses de grupo que não respeitam esses valores.

Neste domínio, exige-se que organismos internacionais, governos e entidades públicas criem mecanismos de defesa da verdade e da liberdade de expressão e denunciem e penalizem os media que desvirtuam e ameaçam a atividade e o acesso à imprensa livre.

Uma palavra final para relevar a imprensa local e os novos meios de comunicação digitais. Incapazes, por razões financeiras e outras de efetuarem a cobertura de certos acontecimentos, as rádios, as TV's e outras iniciativas digitais locais contribuem, muitíssimo, para estreitar laços entre as comunidades residentes e a nossa numerosa diáspora nos EUA e Canadá.

Merecem, por isso, o nosso reconhecimento e das entidades oficiais a regulamentação de apoios dirigidos à sua atividade. Como já acontece com alguns municípios.

Se a imprensa açoriana tem uma longa história e o mérito de ter contribuído, em tempos de crise social e política, para a afirmação da nossa cultura e preservação da nossa identidade, impõe-se que se faça todos os possíveis por mantê-la viva e operante.

De contrário seria perder um pouco a alma açoriana que muitos escritores, poetas, historiadores, cientistas, académicos e jornalistas construíram ao longo de cinco séculos.

Parabéns aos promotores da iniciativa e o melhor sucesso aos jornalistas no ativo.

**I CONGRESSO DOS JORNALISTAS
DOS AÇORES** 
(Re)Pensar o jornalismo açoriano

28 a 30 de abril
Aula Magna
Universidade dos Açores

*Jornalista c.p.239 A
<http://escretemdia.blogspot.com>

Câmara da Ribeira Grande adjudica obras no caminho Maia - Lombinha

Alexandre Gaudêncio, Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, assinou o auto de consignação da obra de requalificação do caminho Maia-Lombinha, no montante de 1.862.048,43 euros.

A cerimónia decorreu na sede da Junta de Freguesia da Maia e contou com as presenças de Susana Ferreira, Presidente

daquela Junta, e de Orlando Casanova, representante da empresa AR Casanova, vencedora do concurso público daquela empreitada.

Os trabalhos consistirão no alargamento da via, nomeadamente com a construção de um passeio de 1,20 metros no lado norte; faixa de rodagem com 5 metros para permitir a circulação de via-

turas nos dois sentidos e uma vala de escoamento de águas pluviais com cerca de 70 centímetros. As obras terão início a 8 de Maio com a duração de 12 meses.

“Esta obra assume especial relevância por ser premente, mas sobretudo porque visa resolver um problema com mais de 50 anos. Quer a estabilização dos taludes daquela via, cuja fase está concluída, quer

a requalificação da via, assumimos como prioridade este investimento para garantir segurança e comodidade à população local”, referiu o Presidente da autarquia.

Recorde-se que a primeira fase da requalificação daquela via (consolidação dos taludes) teve um custo de 875.00,45 euros, tendo ficado concluída em Outubro de 2021.